RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Domingo, 08 de Novembro de 2026

Anistia, selfies e votos: o vexame de MT em Copacabana/ Por Alan Mesquita

Opinião

Redação

Não importa se eram 18 ou 400 mil pessoas em Copacabana. O que importa é que ainda temos manifestações em prol de golpistas condenados pelo ato do dia 8 de janeiro — e o pior: com apoio de militantes e políticos de Mato Grosso, que colocaram o Estado em um papel vexatório. Ali estavam representantes endossando um ato pelo perdão de pessoas que marcaram um dos dias mais amargos da política brasileira.

Entre as autoridades mato-grossenses que fizeram questão de estar ao lado do ex-presidente Jair Bolsonaro nesse domingo (16), em Copacabana (RJ), estavam o governador Mauro Mendes (União Brasil), sua esposa Virgínia Mendes, o vice-governador Otaviano Pivetta (Republicanos), o chefe da Casa Civil, Fábio Garcia (União Brasil), o prefeito de Cuiabá, Abílio Brunini (PL), o prefeito de Rondonópolis, Cláudio Ferreira (PL), além dos deputados federais José Medeiros (PL) e Coronel Assis (União Brasil).

Até mesmo políticos sem mandato, que não conseguiram se reeleger e hoje se contentam com suplências temporárias na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), garantiram espaço no trio elétrico, dividindo o palco com outras figuras da extrema-direita e simpatizantes.

Sorridentes, vestidos com camisetas verde e amarelo, como manda o figurino, eles posaram para fotos ao lado do ex-chefe do Planalto, garantindo material para alimentar as redes sociais. Mas não se trata apenas de likes e engajamento. Para algumas dessas figuras, estar ali é uma estratégia clara para manter vivo seu capital político entre os bolsonaristas e pavimentar o caminho para as eleições de 2026.

Mas vamos ao que interessa: o ato. Como reagiriam as autoridades mato-grossenses se manifestantes invadissem o Palácio Paiaguás, sede do governo estadual, ou o Palácio Alencastro, sede da Prefeitura de Cuiabá, e fizessem o mesmo que foi feito em Brasília? Será que pediriam anistia se caso depredassem a Assembleia Legislativa?

O argumento da direita é que o Supremo Tribunal Federal (STF) exagera ao condenar os responsáveis pelos ataques de 8 de janeiro. Mas qual seria a pena justa para crimes como depredação do patrimônio público e tentativa de subverter a democracia? Dois meses de serviços comunitários? Pagamento de cestas básicas?

Por se tratar de um crime federal, os julgamentos ocorrem no STF. Mas se, em um cenário hipotético, cada estado fosse responsável por julgar seus próprios réus, Mato Grosso questionaria as decisões de seus magistrados?

Durante o discurso em Copacabana, Bolsonaro citou cinco mulheres condenadas ou aguardando julgamento, incluindo Débora Rodrigues dos Santos, acusada de escrever “perdeu, Mané” na estátua da Justiça, em frente

a Suprema Corte. O ex-presidente sugeriu que ela receberia uma “pena pesada”, descrevendo-a como uma vítima do sistema.

De fato, a pichação é um ato menor perto da destruição que aconteceu na sede dos Três dos Poderes. Mas se Débora e os outros condenados hoje enfrentam penas severas, é porque se deixaram usar como “soldados” de uma trama golpista que fracassou.

Enquanto isso, Bolsonaro segue sua cruzada pela anistia, tentando reescrever os eventos de 8 de janeiro como se fossem apenas um equívoco de cidadãos de bem. Mas a história não se apaga com discursos ou manifestações ensaiadas.

Se houve uma tentativa de golpe, os responsáveis — dos executores aos incentivadores — precisam responder por seus atos. Afinal, se não houver consequências, qual será o próximo limite a ser testado?

Allan Mesquita, repórter de Política